



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17035 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

DIREITO À EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, O TIPO DE OCUPAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA DE ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA-BAHIA

Michael Daian Pacheco Ramos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Amalia Catharina Santos Cruz - UNEB - PPGED - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNEB

DIREITO À EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, O TIPO DE OCUPAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DIFERENCIADA DE ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS DO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA-BAHIA

1 INTRODUÇÃO

A concretização do direito à educação para as comunidades que vivem em contextos rurais no Brasil envolve grandes desafios, desde os aspectos pedagógicos até a infraestrutura. O Brasil é um país com uma enorme oferta educacional, tem aproximadamente 180 mil escolas de Educação Básica, com mais de 2 milhões de docentes e cerca de 47,5 milhões de matrículas. Quando olhamos apenas para o contexto educativo que ocorre em espaços rurais, os números ainda são bem expressivos, pois há no país mais de 5 milhões de matrículas, cerca de 350 mil docentes em mais de 52,5 mil escolas (Inep, 2023).

Entendemos também que a Educação do e no campo, coloca-se como um espaço de luta por uma educação de qualidade, que é datado a partir de 1997, na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás, tendo como um dos principais protagonistas o MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra). A luta em colocar o homem e a mulher do campo, o/a camponês/as, no centro do debate e, compreendendo o processo de educacional. Nesse bojo e diante dos intensos debates, a compreensão é alterada para a Educação do Campo, que amplia o processo de escolarização que passa a ser da educação infantil ao ensino superior.

Há uma preocupação com as questões que possam garantir uma educação de qualidade, baseada nas necessidades do povo do campo e contrapondo-se claramente à educação rural, como até então se dava. Ou seja, ao invés de uma educação alicerçada nos princípios dos coronéis, dos “donos da terra”, que a muito custo cediam espaços insalubres para o aprendizado rebaixado para o povo do campo. Agora a Educação do Campo também traz na sua base a discussão e o enfrentamento das questões de infraestrutura, materiais didáticos, condições das escolas, das classes multisseriadas, e ainda se coloca contra o fechamento das escolas do campo, apontando que essa é uma política de exclusão da classe trabalhadora (Caldart, 2012).

As produções acadêmicas (Sá e Werle, 2017; Satyro e Soares, 2007; Soares e Satyro, 2007) revelam a necessidade de ampliar as discussões sobre a infraestrutura escolar, bem como os impactos que ela pode proporcionar nos desempenhos dos estudantes. Diferentes estudos, revelam diferenças significativas entre a infraestrutura das escolas urbanas e rurais, públicas e privadas, apontando um maior precariedade e insuficiência nos estabelecimentos de ensino públicos e em contextos rurais, (Neto *et al*, 2013; Ramos, Pereira Junior, Oliveira, 2018; Ramos, Oliveira, Coelho, 2018; Unesco, 2019; Ramos, 2020).

A preocupação em garantir as escolas públicas com infraestrutura adequada é antiga e está presente nas legislações do país ao longo da história. Atualmente, a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Brasil, 1996) e o Plano Nacional da Educação- PNE (Brasil, 2014) reúnem as principais diretrizes sobre a infraestrutura escolar do país, apontando para a garantia de “padrões mínimos”.

Dito isso, este artigo torna-se relevante pois tem o intuito de visibilizar essas disparidades e diferenças que compõem as escolas rurais nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia ao analisar a configuração da infraestrutura das Escolas Públicas de Educação Básica do Território de Identidade Piemonte da Diamantina-Bahia, em especial a situação de funcionamento, o tipo de ocupação e a localização diferenciada.

Do ponto de vista metodológico, este artigo está substanciado quanto sua natureza em uma pesquisa quantitativa e quanto ao procedimento uma pesquisa documental (Lakatos; Marconi, 2003; Severino, 2007; Minayo, 2009).

A pesquisa se desenvolveu nos municípios que compõem o Território de Identidade Piemonte da Diamantina, a saber: Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Saúde e Serrolândia.

Para compor a análise da infraestrutura das escolas, selecionamos variáveis disponibilizadas nos microdados do Censo escolar de 2023.

As variáveis utilizadas foram:

- a) situação de funcionamento: em atividade, paralisadas ou extinta no ano do Censo Escolar;
- b) tipo de edificação: funcionamento em prédio escolar;
- c) tipo de ocupação do prédio escolar: próprio, alugado ou cedido;
- d) localização diferenciada:

Os dados manuseados foram extraídos do Censo Escolar 2023 e são provenientes do formulário Cadastro das Escolas, onde se reúnem informações sobre Caracterização/Infraestrutura equipamentos.

O procedimento para a coleta de dados ocorreu da seguinte forma:

- a) Realizamos o download do arquivo relacionado com os microdados do Censo Escolar 2023 no site do Inep(<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>);
- b) Após isso, selecionamos o arquivo que compõem as informações das escolas e abrimos no software SPSS versão 28;
- c) Aplicamos a seleção de alguns filtros neste arquivo para manipularmos apenas com os dados das escolas dos municípios de Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Saúde e Serrolândia;
- d) A seguir, realizamos as análises no software SPSS versão 28 de cada variável individualizada.

Os dados foram tabulados e analisados, realizando-se estatísticas descritivas por meio de médias e frequências relativas e absolutas (Minayo, 2022) para caracterização das variáveis selecionadas, através do pacote estatístico SPSS versão 28.

2 O QUE APONTAM OS DADOS DO CENSO ESCOLAR SOBRE A SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS?

Os resultados da análise das condições da infraestrutura existente nas unidades de Educação Básica das escolas localizadas em áreas urbanas e rurais do Território de Identidade Piemonte da Diamantina Bahia, dos municípios de Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Saúde e Serrolândia estão organizados a partir

dos seguintes eixos: 1) a situação de funcionamento; 2) tipo de edificação; 3) tipo de ocupação do prédio escolar e; 4) localização diferenciada.

Tabela 1- Distribuição das unidades de Educação Básica de acordo com a situação de funcionamento – Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Saúde e Serrolândia, 2023.

	Situação de Funcionamento	Urbana		Rural	
		Freq.	%	Freq.	%
Caém	Em atividade	8	72,7%	11	100%
	Paralisada	3	27,3%	-	-
	Extinta no ano do Censo	-	-	-	-
	Total	11	100%	11	100%
Jacobina	Em atividade	71	85,5%	25	35,2%
	Paralisada	11	13,3%	46	64,8%
	Extinta no ano do Censo	1	1,2%	-	-
	Total	83	100%	71	100%
Miguel Calmon	Em atividade	17	89,5%	29	72,5%
	Paralisada	2	10,5%	11	27,5%
	Extinta no ano do Censo	-	-	-	-
	Total	19	100%	40	100%
Saúde	Em atividade	10	83,3%	6	85,7%
	Paralisada	2	16,7%	1	14,3%
	Extinta no ano do Censo	-	-	-	-
	Total	12	100%	7	100%
Serrolândia	Em atividade	8	72,7%	4	100%
	Paralisada	2	18,2%	-	-
	Extinta no ano do Censo	1	9,1%	-	-
	Total	11	100%	4	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Em relação a situação de funcionamento a análise é realizada buscando identificar as escolas em atividade (em pleno funcionamento), paralisadas (no ano do Censo Escolar) e extintas (em anos anteriores ao Censo Escolar).

Observamos na análise da tabela 1 que no município de Caém, 27% das

escolas urbanas estavam paralisadas no ano da coleta. Ainda em relação as escolas urbanas, destacamos que em Saúde 16,7% e em Serrolândia 18,2% há um número significativo de escolas paralisadas em 2022. No âmbito das escolas rurais, os percentuais são mais expressivos, pois Jacobina possuía 65% de suas escolas paralisadas, Miguel Calmon 27% e Saúde 14,3% no ano do Censo Escolar. Em Serrolândia e Caém não identificamos escolas rurais paralisadas em 2023.

Um dado que necessita de uma melhor investigação é que em Serrolândia (9,1%) e Jacobina (1,2%) foi observado a extinção de escolas urbanas. No contexto rural não foi observado tal tendência.

Nossos dados apresentam similaridades com os estudos de Ramos, Pereira Junior e Oliveira (2018), onde apontam que entre os estabelecimentos de localização urbana, 78,8% estavam em atividade, contra 49,2% nas unidades rurais. Esse dado expõem a tendência de fechamento de escolas nas áreas rurais do Brasil, especialmente quando comparamos com as escolas urbanas.

Outro estudo realizado por Ramos, Oliveira e Coelho (2018) aponta a mesma tendência de fechamento de escolas rurais. Os autores sinalizam que da totalidade de escolas baianas analisadas 29.770, 83,1% delas estavam em atividade no contexto urbano e 48,1% em áreas rurais. Esse cenário aponta que embora exista maior número de escolas rurais no estado da Bahia, cerca de 42% das unidades educacionais rurais foram extintas ou tiveram seu funcionamento paralisado.

Tal cenário revela a configuração de oferta da Educação Básica no Brasil, cuja participação das unidades localizadas em áreas rurais decresce em ritmo superior aos estabelecimentos urbanos, ano após ano. Essa tendência é acompanhada de um processo sistematizado denominado de nucleação das escolas rurais. Esse movimento tem afetado significativamente a vida das pessoas que vivem em contextos rurais, pois além de impactar nas questões de transporte e deslocamento para as escolas, a ausência desse equipamento público nessas comunidades deixa ainda mais frágeis no acesso a serviços públicos.

A ausência de unidades educacionais em consequência do fechamento de escolas interfere em três elementos básicos: a) o primeiro relaciona-se à negação das normativas que regulam a educação brasileira que assegura o estabelecimento de políticas públicas voltadas à ampliação e à adequação às especificidades das populações do campo; b) o segundo elemento incide diretamente na vida das famílias, das crianças e dos jovens que residem em áreas rurais, pois em função da ausência de escolas, necessitam ajustar as suas condições de vida, chegando às vezes a abandonar os assentamentos e os locais onde vivem para conseguirem garantir o direito à educação das crianças e jovens, por fim; c) o terceiro elemento relaciona-se diretamente à vida das crianças e dos jovens que vivem em contextos

rurais, pois devido à ausência de escolas próximas de onde moram precisam se deslocar por horas (muitas vezes mais tempo do que passam em sala de aula) em estradas e transportes precários.

Quando analisamos o tipo de edificação, ou seja, se a escola funciona ou não em prédio escolar identificamos que a grande maioria das escolas (urbanas e rurais) dos municípios analisados funcionam em prédios escolares. Esse cenário é considerado muito positivo, pois rompe com características históricas, especificamente das escolas rurais de funcionar em galpões, fazendas, paio e outros espaços improvisados.

Os dados encontrados em nosso estudo apresentam confluência com os achados de Ramos, Pereira Junior e Oliveira (2018), pois ao analisar a situação das escolas brasileiras também identificaram que a maiorias dos estabelecimentos de ensino do país funcionam em prédios escolares próprios.

Tabela 2 - Distribuição das unidades de Educação Básica em atividade de acordo com o tipo de edificação e o local de funcionamento – Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Saúde e Serrolândia, 2023.

	Localização diferenciada	Urbana		Rural	
		Freq.	%	Freq.	%
<i>Caém</i>	A escola não está em área de localização diferenciada	8	100%	9	81,8%
	Área de assentamento	-	-	-	-
	Terra indígena	-	-	-	-
	Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos	-	-	2	18,2%
<i>Jacobina</i>	A escola não está em área de localização diferenciada	60	98,4%	21	84,0%
	Área de assentamento	-	-	-	-
	Terra indígena	-	-	-	-
	Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos	1	1,6%	4	16,0%
	A escola não está em área de localização diferenciada	17	100%	24	82,8%

<i>Miguel Calmon</i>	Área de assentamento	-	-	-	-
	Terra indígena	-	-	-	-
	Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos	-	-	5	17,2%
<i>Saúde</i>	A escola não está em área de localização diferenciada	10	100,0%	6	100,0%
	Área de assentamento	-	-	-	-
	Terra indígena	-	-	-	-
	Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos	-	-	-	-
<i>Serrolândia</i>	A escola não está em área de localização diferenciada	7	100,0%	4	100,0%
	Área de assentamento	-	-	-	-
	Terra indígena	-	-	-	-
	Área onde se localiza comunidade remanescente de quilombos	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Em relação a localização diferenciada, ou seja, se as unidades escolares estão em área de assentamento, em terra indígena ou em área de comunidade remanescente de quilombos, podemos perceber que todos os municípios estudados não possuem a maioria das escolas em áreas de localização diferenciada. Destacamos apenas que em Caém (18%), Jacobina (16%) e Miguel Calmon (17%) foi identificado escolas rurais em áreas de comunidade remanescente de quilombos.

Esses achados acompanham a tendência dos estudos nacionais, a saber, por exemplo o trabalho de Ramos, Pereira Junior e Oliveira (2018) quando apontam que as escolas rurais brasileiras apresentam predominância quando analisamos a localização diferenciada e que em sua maioria estão em áreas de comunidades quilombolas. A pesquisa de Ramos, Oliveira e Coelho (2017) apresenta a mesma tendência quando analisado as escolas rurais do estado da Bahia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que os resultados encontrados fortalecerá relevantes contribuições à área de estudo, contribuindo para uma melhor compreensão da qualidade da infraestrutura das escolas públicas, especialmente aquelas situadas em contextos rurais no Território de Identidade Piemonte da Diamantina-Bahia para que possam ampliar os estudos sobre educação rural e educação do campo, entendendo esta como uma luta histórica dos povos do campo, quilombolas, indígenas, atingidos por barragem, dentre outros.

Dessa forma, os municípios que constituem o Território de Identidade Piemonte da Diamantina-Bahia serão beneficiados pelos resultados produzidos a partir dos artigos publicados com este estudo, gerando um diagnóstico inicial sobre a qualidade da infraestrutura (espaços internos, espaços externos, serviços básicos e recursos materiais) de suas escolas, possibilitando (re)direcionar ações em suas respectivas políticas públicas educacionais.

É válido ainda adicionar que o perfil das escolas públicas do Brasil é distinto e este estudo visa auxiliar na construção do perfil dessas escolas do Território investigado. Certamente, este estudo dará impulso e fornecerá informações inéditas para novos referenciais na área. Em termos mais específicos, sobre a análise de como avaliar a infraestrutura de escolas, este estudo trará resultados inéditos ao referencial de estudos baianos sobre a educação que ocorre em contextos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: DF, MEC, 2014a. Disponível em: &60;http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm&62;. Acesso em: 03 de set. 2020.

CALDART, Roseli Salete. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). **Cenário da exclusão escolar no Brasil**. 2017. Disponível em: &60;https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf&62;. Acesso em: 03 de set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

Demográfico 2010. Rio de Janeiro:

IBGE, 2010. Disponível em: &60;https://censo2010.ibge.gov.br/&62;. Acesso em: 03 de set. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS E DO AGRONEGÓCIO.
Escolas Esquecidas. Instituto CNA.2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Panorama da educação no campo.** Brasília: 2007. Disponível em:&60;http://portal.inep.gov.br/informacaoda[1]publicacao/asset_publisher/6JYIsGM/0.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Básica de 2019.** Microdados. 2020. Disponível em:http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados.Acessoem: 03 de set. 2020.

NETO, Joaquim José Soares. et al. A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, v. 64, n. 3, p. 377-391, 2013b.Disponível em:https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/129. Acesso em 03 de set. 2020.

NETO, Joaquim Jose Soares. et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013a. Disponível em:http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1903.Acesso em: 03 de set. 2020.

PACHECO, Michael Daian; PEREIRA JUNIOR, Edimilson Antônio; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Infraestrutura das escolas rurais de Educação Básica: desigualdades em relação ao meio urbano. **Nodos y Nudos**. v.6, n.45, p. 10-23.2018. Disponível em:https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/NYN/article/view/9617/7529. Acesso em: 03 de set. 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA EM DOMICÍLIO (Pnad). Brasília: DF, 2014. Disponível em: &60;ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_ios_anual/microdados/2014/&62;. Acesso em: 03 de set. 2020.

RAMOS, Michael Daian Pacheco Ramos; OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de; COELHO, Patricia Julia Souza.As Escolas Urbanas e Rurais Baianas: reflexões sobre suas condições de oferta da Educação Básica. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA REDE REDESTRADO: Derecho a la Educación Publica y Trabajo Docente: resistências y alternativas, 2018. **Anais...** Lima, Peru: Disponível em:https://drive.google.com/file/d/15caWZzSr4F2t9F9RhdSeOI59UREP5izs/view. Acesso em: 03 de set. 2020.

RAMOS, Michael Daian Pacheco. (2020) **Condições de Trabalho Docente de Professores de Escolas Rurais do Território Piemonte da Diamantina-Bahia.** 392p. Tese. (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Caderno de Pesquisa**. v. 47, n. 164, p. 386-413. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n164/1980-5314-cp-47-164-00386.pdf>. Acesso em 03 de set. 2020.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Textos para Discussão nº 1267. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1752/1/TD_1267.pdf. Acesso em 03 de set. 2020.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Impacto da Infraestrutura Escolar na Taxa de Distorção Idade-Série das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental**: 1998 a 2005. Textos para Discussão nº 1338. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1504/1/TD_1338.pdf. Acesso em 03 de set. 2020.

UNESCO. **Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil**. Brasília: Unesco, 2019. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/Qualidade-da\[1\]infraestrutura-das-escolas-p%C3%BAblicas-doensino-fundamental-no-Brasil-UNESCO-Digital\[1\]Library.pdf](https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2019/08/Qualidade-da[1]infraestrutura-das-escolas-p%C3%BAblicas-doensino-fundamental-no-Brasil-UNESCO-Digital[1]Library.pdf). Acesso em 03 de set. 2020.